

LINHA VIVA

Nº 282
17/08/94

Brasil decide o seu futuro

- ☐ O que os presidentiáveis
farão com o Setor Elétrico
Página central
- ☐ As perdas salariais na
Eletrosul chegam 110%
Página 3
- ☐ Brasileiro pobre não
frequenta bons restaurantes
Página 7



Eleição, informação e cidadania



A partir desta edição o Linha Viva vai abrir um espaço especial para acompanhar o processo eleitoral nacional e estadual. Não poderia ser diferente. Comprometida

com o estímulo da cidadania, a Intersindical dos eletricitários de SC, através deste jornal não poderia deixar passar em branco um momento tão importante para a vida nacional.

Nossa postura será vigilante, no sentido de denunciar qualquer postura anti-ética de parte dos candidatos e, principalmente, dos meios de comunicação que cumprem um papel decisivo nas eleições. Para fazer isso, contaremos com a ajuda de diversos profissionais e especialistas em comunicação, sociologia, economia, etc... Semanalmente teremos uma coluna assinada pelo jornalista e professor Francisco José Karan, mestre em comunicação com trabalho justamente na área de ética, assunto que também trata nas suas aulas no Curso de Jornalismo da UFSC.

Abriremos espaço, também, para candidatos ao governo, ao senado e a deputados. No caso de candidatos à assembleia legislativa, priorizaremos o debate com aqueles que são eletricitários.

Nosso objetivo não é outro, senão o de municiar os nossos (e)leitores com informações para que sua opção na hora de votar seja a mais consciente possível, para que sua cidadania seja elevada em escala exponencial.

Não pretendemos ocultar nada. Ao contrário, faremos o possível para esclarecer exatamente o que pensam e propõem os candidatos. É essa nossa tarefa.

PS.: Aproveitamos para informar que durante o período eleitoral publicaremos a programação de cinema no espaço imediatamente acima do expediente, liberando todo espaço da contracapa para a cobertura das eleições.

EXPEDIENTE

Linha Viva é uma publicação semanal da Intersindical dos Eletricitários de Santa Catarina com tiragem de 7.500 exemplares. Conselho Editorial: Fábio Pedro Dal Bó, Arno Veiga Cugnier, Mauro G. Passos, Glauco C. Marques e Luiz Cézare Vieira. Editores: Gastão Cassel (DRT/RS 6166) e Marli Cristina Scamazzon (DRT/RS4966). Ilustrações: Frank Maia. Diagramado e composto na Estação de Editoração Eletrônica do Sindicato dos Eletricitários de Florianópolis. Impressão: Gráfica do jornal Diário Catarinense. Redação: Rua Lacerda Coutinho, 149, Fpolis, SC. CEP: 88015-030. Fone (0482) 22-3866 Telefax: (0482) 23-5596. Cartas para a Tribuna Livre não podem ter mais de 30 linhas, e sua publicação fica a critério dos editores. As matérias assinadas não correspondem necessariamente à opinião do jornal.

Resposta a O Estado

No início de agosto um repórter do Jornal O Estado, de Florianópolis ligou para o Sinergia querendo saber a posição do sindicato sobre o Plano Real. O diretor Sovenir Macio Dias atendeu o repórter e a matéria foi publicada. Um dia depois o jornal, num editorial agressivo, fez comentários mordazes sobre as declarações do diretor do sindicato.

Numa carta ao editor chefe de O Estado, Mário Pereira, Sovenir respondeu ao editorial. O teor da carta é o seguinte:

Florianópolis, 10 de agosto de 1994

Senhor Editor:

Vi com surpresa menção ao meu nome no seu editorial, do dia 01-08-94. Não por ter tido minhas observações qualificadas como "pífias", que isso é uma questão de ponto de vista, mas especialmente por tê-las consideradas inverdades. Um pequeno exame da realidade é suficiente para comprová-las como verdades sólidas ou, para fazer um trocadilho, sórdidas. Não sei como um profissional com a sua experiência é capaz de fazer esta afirmação. O Plano Real realmente baixou e congelou os salários e possibilitou a liberação dos preços. Os números comprovam que isso ocorreu especialmente na ma-

nobra de conversão para URV, quando todas as categorias profissionais sofreram confisco em torno de 35%. O congelamento é real, senhor editor, e agora chega a minha vez de dizer que sua observação sobre a livre negociação foi pífia. A negociação só é livre para os patrões. Ou o senhor sabe de alguém que conquistou reajuste ou reposição de perdas depois da vigência do plano?

O seu próprio jornal, na página 7 do dia 09-08-94, se encarrega de constatar que o custo de vida aumentou.

Gostaria de acreditar que tudo se trata de um mal entendido, mas está difícil. Sou impelido a crer que o senhor e o veículo do seu patrão estão integrados à máquina de promover moedas e candidatos que procura iludir a maioria dos brasileiros. Mas não vou acusá-lo de nada, sequer de mentiroso como me acusaram. Limitar-me-ei a convidá-lo, enquanto assalariado, a submeter seus olerites a um exame profundo, à luz dos indicadores econômicos e da verdade inexorável dos preços. Talvez no próximo editorial minhas "pífias" considerações passem a ser argumentos em defesa dos salários. Do seu salário, dos nossos salários.

Atenciosamente,

Fortificante para o GQT

Luiz Plínio Bittencourt
Empregado da Eletrosul/Itá

Encontrado na Eletrosul um "vírus" que foi desenvolvido em laboratório por Presidentes e Diretores de federação dos Poderosos Empresários.

Após alguns debates fervorosos, chegaram a um nome de consenso e o chamaram de G.Q.T (Gestão de Qualidade Total).

Esse vírus diminuiria custos e aumentaria a conta bancária dos poderosos Empresários.

Mas os empregados também se reuniram e após discutirem o assunto, chegaram à conclusão que o "vírus" é benigno e trataram de inventar um "fortificante" para que o mesmo fique forte e se prolifere.

Ao "fortificante" foi dado o nome de "ânimo", com uma fórmula simples que não afetará em nada os benefícios que o GQT irá proporcionar aos inventores do mesmo.

A fórmula é a seguinte:

Perdas do Plano Bresser = 26,06%

Perdas do Plano Collor = 84,32%

Perdas do Plano FHC = + ou - 40,00%

Com esta fórmula se recomporia o poder de compra dos salários de novembro de 1987, e o "vírus" GQT se proliferaria com grande rapidez, dividindo os seus benefícios entre todos: empregados e empregadores.

Programação de cinema



CIC

De 17 a 19 de agosto

20h 30min - Perversa e Perigosa

Dia 20 - sábado

18h 30min - Boudu Salvo das Águas

Esta é a programação das salas de cinema do Centro Integrado de Cultura e do ART 7. Nos dois locais, os eletricitários têm direito a meia entrada com apresentação da carteira do sindicato, conforme convênio.

20 horas - Naná 21h 45min - Este Mundo é dos Chatos

Dia 21 - domingo

18h 30min - O Crime do Sr. Lange

20 horas - Perversa e Perigosa

21h 45 min - Este Mundo é dos Chatos

Dia 23 de agosto

20h 30min - Toni

Dia 24 de agosto

20h 30min - Este Mundo é dos Chatos

ART 7

Até o fechamento desta edição, o cinema não havia definido sua programação

Marcha em agosto

Uma marcha contra os efeitos do Plano FHC está sendo programada para dia 25 de agosto pela CUT. O protesto pretende atingir todas capitais do país e levará em conta as campanhas salariais que acontecem agora, no segundo semestre.

Fazendo as contas...

A Diretoria da Eletrosul surpreendeu muita gente. Dia 10 de agosto foi inaugurado o Laboratório de Alta Tensão, no Sertão. No vídeo apresentado na abertura oficial do laboratório foi dito que a Fundação Elos "só quis" aplicar 30 mil dólares no laboratório. Parece que esqueceram que os empregados da Eletrosul, via Elos, contribuíram com três milhões e 991 mil dólares na construção do complexo do Sertão e que desde 1985 a Elos somente recebeu o equivalente a dois meses de aluguel.

Que Deus nos ajude

Semana passada um sindicalista argentino, entrevistado por uma rádio gaúcha, mostrou com números os efeitos do Plano Cavallo, cuja cópia está sendo aplicada no Brasil sob o nome de Plano Real. Do total de trabalhadores empregados na metalurgia, antes do plano ser instituído na Argentina, apenas 20% se mantêm empregados no setor. Dos têxteis apenas 10% continuam trabalhando. O número de desempregados duplicou, como também dobrou o número de pessoas com subempregos. Da mão de obra ativa quatro anos atrás na Argentina, 40% estão desempregados ou no sub-emprego.

Criciúma contra violência

Os trabalhadores do sul catarinense estão entre os que mais estão sofrendo com a repressão, desemprego e baixos salários no Estado. Semana passada eles realizaram um ato contra a violência, impunidade

Perdas na Eletrosul superaram os 110%

O Dieese já calculou em quanto ficaram as perdas salariais dos trabalhadores do setor elétrico (veja quadro). Segundo o economista Clóvis Scherer serão necessários reajustes entre 47,55% no menor salário e 43,48% no maior salário para cobrir as perdas entre novembro de 93 a fevereiro de 94; mais 9,6% para cobrir as perdas com a URV entre março e junho de 94.

Como está demonstrado na quarta coluna do quadro, para repor as perdas até 1º de julho, os salários da Eletrosul devem ser reajustados entre 61,72% e 57,65%.

Não se pode esquecer que na data base será preciso ainda a reposição da inflação de julho a outubro. Só no mês de julho, segundo os índices tradicionais, esta inflação alcançará os 27%, refletindo parte dos aumentos de preços ocorridos no final de junho. Espera-se que o índice final supere os 110%.

A Lei 8.880 só garante, na prática, a reposição na data base do IPC-R de julho a outubro. E este índice não reflete toda inflação do mês de julho. Por isso o índice oficial ficará bem abaixo do reivindicado.

e pela cidadania, em Criciúma. Acontece que os atiradores que balearam três sindicalistas em junho passado, assim como os donos da empresa, não estão sendo processados pelo crime pela justiça.

Intercel entrega pauta

A INTERCEL entregou, na quarta-feira, dia 10, a Pauta de Reivindicações à CELESC. Na ocasião, ficou acertado com o Sr. Diretor Administrativo, Paulo César da Silveira, o calendário das negociações. A primeira rodada acontecerá no dia 26 de agosto, sexta-feira. A segunda será no dia 06 de setembro. As rodadas



seguintes serão sempre realizadas às terças-feiras.

Custos de campanha

A segunda etapa da Campanha contra a privatização vai iniciar. O total gasto nesta segunda etapa foi R\$ 44.405,36 que foi dividido em valores proporcionais em função do número de eletricistas na base. Sinergia pagou R\$ 20.288,67; Sindinorte R\$ 3.827,77; Sintevis R\$ 5.595,11; Saesc R\$ 621,66; Sintresc R\$ 7.020,52 e Lages R\$ 7.051,63.

Conferindo preços

Segundo a CUT, a cesta básica vem subindo a olhos vistos. Em maio de 93 a variação média da cesta básica foi de 79,06%, em junho de 94, na implantação do Plano FHC pulou para 102,54% e a seguir, nos primeiros 22 dias de julho alcançou o estratosférico índice de 106,61%.

Festa no Sinergia

Na segunda-feira, dia 22 de agosto, haverá uma festa para comemorar a chegada dos novos representantes sindicais do Sinergia. A solenidade de posse começa às 18 horas. Está todo mundo convidado.

Atividades culturais

No 3º Encontro de Cultura realizado recentemente pelo Sinergia, foram apresentadas e discutidas as seguintes atividades culturais para o 2º semestre de 94: 2ª Mostra Eletricista de Artes Plásticas, 1º Intercâmbio Musical, lançamento do livro da história do Sinergia, Oficinas de Fotografia e Vídeo Popular. Se você se dispõe a colaborar em qualquer dessas atividades entre em contato com o Dino ou Ari no sindicato, fone 22-38-66.

Empresa	Data-base	Reajuste desde a última data-base	Salário real, última data-base = 100	Reajustes necessários para repor as perdas (pelo IGV-DIEESE)
Cesp/Cpil/Eletpaulo	Jan	512,62% a 546,46%	63 a 67	57,56% a 50,05%
Celeesc	Out	1.410,85%	62	61,71%
Copel	Out	1.507,68%	66	51,96%
Cemig	Nov	1.068,72%	64	55,30%
Ceee	Nov	927,88% a 884,45%	57 a 54	76,58% a 84,37%
Celpe	Nov	992,35% a 1.069,85%	60 a 64	66,16% a 55,15%
Ceb	Nov	1.080,06% a 1.204,64%	65 a 72	53,81% a 39,12%
Eletrobras	Nov	1.042,39% a 975,68%	63 a 59	58,88% a 68,74%
Eletrosul	Nov	1.022,35% a 1.051,31%	62 a 63	61,72% a 57,65%
Eletronorte	Nov	996,92% a 926,14%	60 a 57	65,47% a 76,88%
Furnas	Nov	1.056,53% a 984,67%	64 a 60	56,94% a 67,34%
Light	Nov	1.038,89% a 945,87%	63 a 58	59,37% a 73,55%
Nuclen	Nov	1.038,90% a 950,14%	63 a 58	59,37% a 72,84%
Escelsa	Nov	1.041,66% a 958,48%	63 a 58	58,99% a 71,48%

Notas: 1. Os intervalos representam a situação do menor e do maior salário nas empresas.

2. Os reajustes recebidos foram calculados multiplicando-se os salários atuais em reais por CR\$ 2.750,00 (URV de 30%) e dividindo o resultado pelos salários em cruzeiros reais do mês da data-base.

OBS: A) Celeesc: foram considerados as antecipações previstas para julho, agosto e setembro.

B) Eletronorte: não foi considerado o aumento real obtido de 4%.

C) Copel: não foi considerado a incorporação da produtividade de 6%.

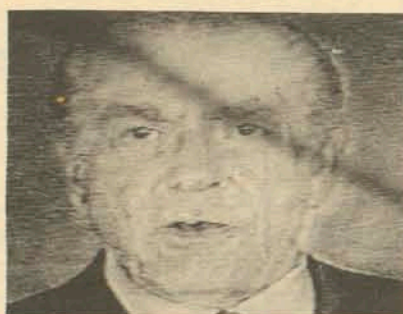
3. Deflator utilizado para o cálculo dos salários reais e reajustes necessários: IGV-DIEESE.

Elaboração: DIEESE - União Eletricistas.

Assim pensam os candidatos

O processo de privatização levado à cabo pelo Governo Collor e continuado pelo Presidente Itamar, não reverteu em nada de significativo para o nosso país. Além de ter sido implantado de forma obscura, com avaliações questionáveis, aceitando como forma de pagamento as moedas podres, esteve envolto em gravíssimas suspeitas de irregularidades. medida que se abandone a dimensão patrimonialista e fiscalista do programa de privatização, será possível direcioná-lo para uma rearticulação que defina limites claros entre a área pública e a área privada, e entre setores estratégicos e não estratégicos. A política de crescimento deve privatizar o setor privado: é preciso cortar os subsídios explícitos e implícitos às grandes empresas privadas e executar uma severa política antitruste para impedir ou punir a formação de monopólios, oligopólios e cartéis. Deverá também fortalecer os direitos dos acionistas minoritários, estimulando a democratização dos capitais. As empresas dos setores não-consolidados, especialmente as pequenas e médias, devem contar com apoios e incentivos que elevem seus padrões de qualidade e produtividade, que lhes permitam concorrer com as empresas estrangeiras.

O setor elétrico deve participar do esforço de substituição do modelo econômico e social do país visando a expansão e melhoria dos serviços prestados à população e a descentralização. É fundamental que o setor se integre a uma política industrial



que vise a descentralização das cargas e que privilegie o atendimento de indústrias de melhor relação consumo-produção e que empregam muita mão-de-obra. Em relação à expansão física do sistema elétrico, propomos em primeiro lugar, o desenvolvimento dos potenciais hidroelétricos ainda disponíveis nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste, prevenindo-se seu esgotamento até o ano 2.000. Quanto aos empreendimentos de construção de usinas, o nosso governo buscará sobrecustos e a formação de cartéis, segmentando licitações e estimulando a participação de um maior número de empresas. Procuraremos desenvolver tecnologias de geração de energia elétrica de origem térmica, a partir do carvão, evitando agressões ao meio-ambiente e de forma a garantir autonomia e soberania na utilização desta fonte energética. Para a consecução deste objetivo incentivaremos a pesquisa, integrando a indústria brasileira neste esforço. A manutenção da ELETROBRÁS com capital acionário majoritário da União, é uma questão de princípio para o nosso governo, assim como a retomada e conclusão das obras do setor elétrico. Para tal otimizaremos os projetos visando redução dos investimentos e a observância da legislação ambiental. Procuraremos ainda aparelhar e fortalecer a estrutura do DNAEE a fim de que possa exercer com eficácia seu papel.

Leonel Brizola

Nas escolas públicas falta giz, material escolar e até merenda e os baixos salários dos professores são uma vergonha nacional. Por falta de atendimento e remédios, morre gente nas filas de atendimento dos hospitais públicos. A Previdência Social não pode arcar com o aumento real do salário mínimo pois quebra se for pagar seus aposentados e pensionistas.

Estes exemplos simples nos mostram a falência do Estado brasileiro, que perdeu sua capacidade de investimentos e de promotor do bem-estar e da justiça sociais.

O setor elétrico é um desses exemplos. Temos 19 usinas hidrelétricas inacabadas em todo país e não há dinheiro para retomar as obras pois o governo precisaria, de imediato, de 10 bilhões de dólares para isso.



Temos que ter coragem e admitir que determinados setores - como as telecomunicações, petróleo e eletricidade - devem ser abertos à parceria e aos investimentos da iniciativa privada. A flexibilização desses monopólios só trará mais investimentos - e mais empregos - nesses setores críticos. No setor das telecomunicações, essas abertura traria, por baixo, investimentos de 4 bilhões de dólares num primeiro momento. É um contrasenso impedir a entrada desses capitais num setor onde o Estado não tem mais condições de investir.

Mais do que medidas paliativas contra a fome e a miséria, a sociedade hoje clama por mais empregos. E emprego é a primeira prioridade de meu governo. E mais empregos passam pela abertura e flexibilização dos monopólios.

Fernando Henrique Cardoso

Embora em plena campanha, cinco candidatos a Presidente da República responderam ao pedido do Linha Viva sobre suas intenções em relação à privatização e setor elétrico, caso fossem eleitos para o cargo.

O objetivo do jornal é ter de cada candidato uma posição mais detalhada sobre estes dois assuntos, tão importantes para os eleitores, e que nos comícios e propaganda eleitoral são sempre abordados superficialmente.

Muitas vezes estes assuntos, por serem polêmicos, são evitados por alguns candidatos, principalmente aqueles preocupados em perder votos com seu discurso comprometido com outros setores. Os outros candidatos não foram contatados por que não descobrimos seus endereços.

A importância dos meios de comunicação em momentos como este é a de dar publicidade exhaustiva sobre as idéias e compromissos de cada candidato. Esperando contribuir para tornar o voto de cada um mais consciente, aí estão as repostas dos candidatos.

Meu governo inserirá a privatização no seguinte contexto: - necessidade da diminuição do Estado Empresário, fazendo com que seus investimentos em infra-estrutura tornem-se complementares àqueles aplicados pela iniciativa privada; - privatização deve acontecer, principalmente, na margem, ou seja, na expansão dos sistemas. Há muito o que fazer e, portanto, a preocupação maior deve ser com a expansão e não com o que existe funcionando - mormente com aquilo que está funcionando bem; - o capital estrangeiro será bem-vindo e deverá ser aplicado em investimentos com retorno - e longo prazo. Chega das especulações do "Dinheiro de Motel": permanece uma noite e vai embora; queremos a participação do capital estrangeiro no risco da prestação de serviço; - privatização deve estimular a competição. No caso de monopólios, deve ser precedida da flexibilização dos mesmos.

Tratando-se do setor elétrico, um setor de serviços públicos, a primeira ação do meu governo será no sentido de resolver o aspecto legal das concessões. Deve haver regulamentação do artigo 175 da Constituição Federal com uma Lei "guarda-chuva" e com leis específicas para cada setor: telecomunicações, eletricidade, transporte urbano, coleta de lixo, etc. A legislação estabelecerá as condições para as licitações de novas concessões e para a prorrogação ou não das atuais. Disporá, ainda, sobre os contratos de concessão.



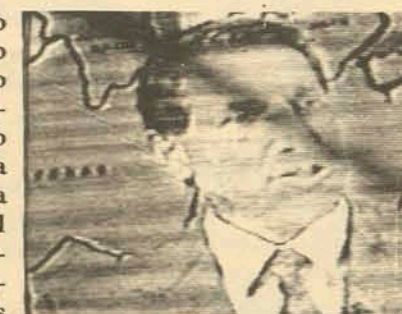
A lei específica para o setor deverá contemplar: - competição plena na expansão dos sistemas de produção, iniciando-se pelas obras paralisadas; - neutralidade do sistema de transmissão, assegurando-se o livre acesso - com pagamento de pedágio - a todos os produtores; - flexibilização gradual do monopólio da distribuição, iniciando-se pelos grandes consumidores; - modelo institucional/ gestor baseado na premissa do Estado forte nos aspectos de normalização, fiscalização, coordenação das funções planejamento e operação otimizado e descentralizado quanto à tomada das decisões empresariais. As concessionárias, estatais ou privadas, terão maior liberdade nas ações de gestão, observando o contrato de concessão, figura central no relacionamento Poder Concedente/Concessionária.

Relativamente às Concessionárias hoje existentes: - análise de desempenho será pré-requisito para renovação do prazo das concessões e a consequente assinatura do contrato de concessão; - serão estimuladas a: 1) democratizar seu capital, incluindo uma maior participação de empregados acionistas; e 2) terceirizar, aumentando a competição e a participação de pequenas e médias empresas. - desempenho insatisfatório implicará redução de área de concessão e até perda total da mesma.

Esperidião Amin

Ao assumir o governo de São Paulo, deparei-me com o risco iminente de um colapso no abastecimento de energia elétrica, em decorrência da redução drástica dos investimentos da União no setor. Para evitar a falta de energia, que seria fatal para o parque industrial paulista, investi 1,334 bilhão de dólares em quatro grandes hidrelétricas (Três Irmãos, no rio Tietê; Porto Primavera, no Paraná; Rosana e Taquaruçu, no Parapanema). Com isso, foi possível acrescentar 1.800 megawatts ao potencial instalado do Estado, afastando-se o risco de falta de energia.

Ao assumir a Presidência da República, pretendo retomar os investimentos no setor elétrico, pois o Brasil precisará ampliar a oferta de energia, não só para recuperar o tempo perdido nos últimos anos, como para dar respaldo à política desenvolvimentista prevista em meu programa de governo. A ampliação das atividades da indústria, da agroindústria, da agricultura e do setor de serviços, que em meu governo serão as alavancas da geração de empregos e do crescimento da economia, exigirá uma oferta



adequada de energia. Por isso, vamos investir no setor, não apenas através de recursos disponíveis no orçamento da União, como também por meio de parcerias com a iniciativa privada e créditos de instituições multilaterais.

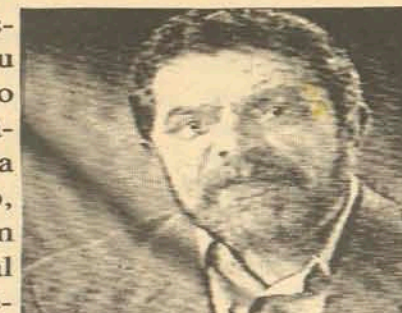
O setor energético é estratégico para o Brasil, razão pela qual deverá ser mantido sob o controle público, mas sempre aberto à parceria com a iniciativa privada, através de concessões. O mesmo se aplica às telecomunicações. As estatais de outras áreas que não correspondem às vocações do estado serão privatizadas, pois isso é fundamental para que possamos efetivamente zerar o déficit público.

Mais enxuto e não-oneroso para a sociedade, o Estado, em meu governo, será indutor e fiscalizador e não agente da economia. Além disso, terá as condições necessárias para atender adequadamente as prioridades sociais, principalmente a saúde, educação e habitação, que serão municipalizadas, assistência à infância e saneamento básico.

Orestes Quercia

Achamos que a discussão sobre privatização ou estatização tem sido muito ideológica. Somos favoráveis ao monopólio da União sobre o petróleo, achamos se trata de um grande patrimônio nacional e que é preciso apenas democratizar a Petrobrás, torná-la transparente e acabar com os cabides de emprego. O mesmo em relação às telecomunicações.

Quanto ao Programa Nacional de Privatização, será interrompido para uma boa revisão, com o objetivo de identificar irregularidades e avaliar seus efeitos sobre níveis de emprego, produtividade, investimento e grau de oligopolização da economia. Um novo programa será lançado para privatizar empresas não estratégicas, mas não para resgatar títulos da dívida e sim para financiar os investimentos prioritários do governo, e por isso, com pagamento em dinheiro vivo.



Somos favoráveis a parcerias com o capital privado no término das 18 hidrelétricas ainda incompletas. Mas achamos importante rever as projeções de demanda do Plano 2010. Acreditamos que podem estar superdimensionadas. Gostaríamos de estimular a construção de usinas menores, de menor impacto ambiental e melhor manejáveis pelas comunidades.

Outras propostas nossas para o setor elétrico: 1) acabar com o subsídio na tarifa das indústrias eletro-intensivas e introduzir, ao contrário, a tarifa progressiva; 2) implantar um programa de conservação de energia, inclusive nos critérios de aprovação de projetos de construção; 3) garantir a opinião das comunidades atingidas por projetos de barragens; 4) rever o projeto Aramar, de energia nuclear.

Luis Inácio - LULA - da Silva

Vamos entregar o ouro aos bandidos?

Delman Ferreira
Diretor do Sinergia

Sempre discutimos a questão das privatizações sob a ótica econômica, do emprego, do desenvolvimento, dos salários, etc. Porém nunca discutimos sob a ótica da Segurança Nacional. Um assunto tão caro aos militares que serviu para forjar uma doutrina em que se basearam para liquidar grande parte das lideranças nacionais, além de outras mazelas.

É um caminho que não dominamos e, portanto, devemos trilhar com cuidados. Vamos apenas levantar algumas preocupações e análises que gostaríamos de ver respondidas por quem de direito, principalmente por aqueles que defendem a liberdade de mercado como solução para todos os males da humanidade.

No mundo de hoje o poderio de um país está diretamente ligado à sua capacidade de dominar informações privilegiadas sobre os outros.

No recente seminário sobre manutenção de infra-estrutura, promovido pelo BID, em Washington, e em conversa com sindicalistas norte-americanos, ficou evidente a intenção do governo dos EUA em fazer com que a manutenção da infra-estrutura dos países seja privatizada e seu incentivo para que as empresas americanas participem deste "mercado".

Quando se fala em manutenção da infra-estrutura, estamos tratando de energia, comunicação, estradas, saneamento, distribuição de água, prédios e equipamentos hospitalares e educacionais, etc. Entregar a manutenção e expansão destes serviços nas mãos de empresas estrangeiras significa dar acesso a informações sigilosas e estratégicas do país. Ou seja, as empresas teriam conhecimento sobre toda estrutura como: estado de seus equipamentos, seus recursos em caso de emergência, possibilidades de expansão, etc. Isto para todos os setores, por exemplo: conheceriam os principais poços de petróleo, toda malha viária, toda rede de comunicações, as principais fontes de energia, as principais fontes de alimentação da população, principais mananciais de abastecimento de água, a situação da estrutura de saúde, etc.

Em caso de conflito, estas informações em poder de países estrangeiros seriam preciosas na definição dos planos inimigos, assim como seriam utilizadas para prever os movimentos dos estrategistas brasileiros e anulá-los. Em situação de paz, estas informações são um poderosíssimo instrumento de pressão e, por consequência, de Poder.

Mesmo no caso das estratégias de mercado, onde a antecipação é fundamental, ou o conhecimento do mercado alheio pode significar uma decisão de milhões de dólares, estas informações podem definir a sorte de um país.

CNU discutiu propostas para energia, e saneamento

O Congresso Nacional dos Urbanitários - CNU - realizado em Luziânia entre 4 e 7 de agosto aprovou resoluções sobre energia e saneamento e meio ambiente. Sobre saneamento, a base da proposta é a extensão dos serviços de saneamento básico a todas as parcelas da população. Para a energia, a diretriz é não entender a energia como um mero bem de consumo, mas como um insumo indispensável para suprir as necessidades básicas da população.

"A energia deve estar acima de interesses restritos e deve ser colocada a serviço de toda a sociedade. Existem várias formas de energia que podem ser usadas para um mesmo fim, por isso seu planejamento deve englobar os vários energéticos e deve ser integrado ao planejamento econômico, social e ambiental" diz a resolução. A preocupação são os impactos sociais e ambientais causados pela exploração de recursos naturais.

A garantia de abastecimento de energia elétrica, conforme o CNU, é incumbência do Estado, que deve planejar e coordenar os sistemas de geração e distribuição, preservando interesses nacionais e desenvolvimento social.

O Congresso apontou, ainda, que toda a sociedade deve participar do processo de planejamento e execução de políticas energéticas, inclusive definindo os papéis dos diversos agentes que atuam no setor. Disso decorreria uma política democrática de preços de tarifas, a otimização de recursos disponíveis e o próprio resgate da função social do setor energético.

DIAGNÓSTICO

Um dos principais problemas apontados pelo CNU, no que se refere a energia é a "impermeabilidade dos setores de petróleo, gás e energia elétrica à participação e ao controle da sociedade, agravada nos setores



alcooleiros e carbônífero". Por outro lado, a inexistência de planejamento estratégico e integrado abre espaço para manipulações de grupos econômicos e políticos que distorcem prioridades e privilegiam interesses de empreiteiras, consultoras e fornecedores. De tais distorções viriam alocações inadequadas dos projetos energéticos, sobrepreços e sobre custos em obras do setor.

A má gestão das empresas, segundo o CNU acarretaria, também, "subsídios ilegítimos e ou inadequados..., dívida

social do setor que não atende boa partir da população..., perfil de endividamento inadequado...", entre outros problemas

A solução destes impasses passa "pela garantia do monopólio e propriedade da União sobre petróleo, gás natural, minerais nucleares e energéticos e potenciais de geração hidráulica". Mais do que isso, a conservação de energia deve ser considerada prioridade, bem como o atendimento às comunidades rurais e urbanas sem acesso à energia. Mas o fundamental é o desenvolvimento de uma política energética de forma democrática e participativa.

SANEAMENTO

No setor de saneamento, a questão básica é a extensão dos serviços às parcelas da população ainda não atendidos. Para isso, o CNU propõe a consolidação das alianças entre os trabalhadores em saneamento e a população, no sentido de obter políticas públicas adequadas e democraticamente definidas. Também foi apontada como prioridade a aprovação e regulamentação das leis sobre política nacional de saneamento e gestão de recursos hídricos.

Com a mesma lógica, o Congresso coloca como indispensável a participação efetiva dos trabalhadores em todas as alterações nos contratos e concessões de serviços de saneamento, bem como em novos arranjos institucionais.

Brasileiro pobre não frequenta bons restaurantes.

Harilton Savi
Empregado da Celesc

O brasileiro não sabe votar, dizia Rei Pelé. E o brasileiro pobre não sabe nem comer. São 32 milhões de brasileiros com maus hábitos alimentares: não comem quase nada. Quando comem, não escolhem bem a matéria-prima para o preparo de um bom prato. Tem gente catando qualquer verdurinha podre que encontra nos finais de feira, mãe juntando no lixo hospitalar um seio e servindo-o frito aos seus filhos, e uma outra que juntou até mesmo um feto e cozinhou-o para a janta.

Roberto Fasano -restaurante- e seu chef Boseggia, mostram numa entrevista a ISTOÉ de 14 de outubro de 1992, a preocupação com esses maus hábitos alimentares do brasileiro e denunciam um pobreza total de matéria-prima no Brasil, além de sérios desvios na feitura de pratos que deveriam garantir a alimentação do nosso povo.

Fasano reclama com razão da pobreza da matéria-prima brasileira: "Como no Brasil nós não temos essa sazonalidade toda das verduras, a chance que temos é ficar mudando os molhos. Ou seja, o pato que era com laranja, passa a ser com figos, e o file mignon que era com poivre, passa a ser com mostarda. A matéria-prima é sempre a mesma e isso te inquieta, te deixa frustrado".

O Brasil, um grande produtor de grãos, não é capaz de alimentar seu próprio povo, se não em quantidade, pelos menos em qualidade. "No meu restaurante só trabalhamos com arroz importado da Itália". Com o faisão, digo faisão, é a mesma coisa. "O faisão francês é muito gostoso. O faisão brasileiro não é faisão. Frango é mais gostoso. Até a galinha d'angola é mais gostosa".

Desequilíbrios na produção ou comercialização de certos ingredientes levam as pessoas a adulterarem a feitura tradicional e consagrada de alguns pratos, em prejuízo do poder nutritivo do alimento e porque não dizer até na descaracterização cultural da comida: "Tiramisú é um doce tradicional, feito com mascarpone. Mas não tem mascarpone. Não hesitei, importei mascarpone. Ai



começou a moda do Tiramisú. Saíram artigos na imprensa falando: O Fasano faz com mascarpone, fulano com ricota, beltrano criativo, faz com catupiry. Enfim, destruíram o Tiramisú, como se fosse permitido fazê-lo sem mascarpone".

O restaurante se mostra radical, inconformado e apaixonado pela questão da fome: "O cordeiro é paixão pura, de quem morou na Inglaterra. Adoro o cordeiro. E o nosso cordeiro, para ser macio, tem que ser mamão, pequeno demais. Macio, gostoso, dá para trabalhar... mas não tem sabor de cordeiro. Cordeiro tem que ter aquele sabor selvagem". As vezes desiludido: "O que é bom no Brasil? Frutas tropicais. Alguns legumes. Várias folhas de salada. Carne vermelha". E faz uma denúncia gravíssima, de um fato que poucas pessoas já se deram conta, e alerta principalmente essa população litorânea que vive comendo qualquer coisa que cai na rede: "Frutos do mar...mariscos, lulas... os do Atlântico Sul não tem muito sabor. A lagosta também não é boa no Atlântico. Melhor o camarão e a cavaquinho".

A monotonia alimentar é terrível, e chega uma hora que tem que procurar alternativas, mas nem sempre é fácil. "Salvo honrosas exceções, não se encontra javali, ai o jeito é se contentar com o porco mesmo".

Mas numa questão tão dramática que é matar a fome das pessoas, se tenta de tudo e às vezes se é até mal interpretado: "No meu restaurante, já tentei um prato com inspiração brasileira. Era um casamento do feijão-preto com molhos de queijo, mas não foi entendido". Mas quem está nessa luta, tem que ter esperanças que essa situação no Brasil vai mudar e ele acredita que as coisas podem melhorar, e tudo passa pela educação, que sabemos, é fundamental: "A crítica pode ajudar a melhorar o gosto das pessoas. Para começar, poderia ajuda-las a entender que não se toma uísque antes da refeição. Toma-se por exemplo, um copo de vinho espumante".

Desde a reportagem com Fasano, muita coisa mudou. Nem dois anos se passaram e a VEJA de 3 de agosto de 1994, na matéria Festa do Paladar, mostra um situação bastante modificada e animadora, senão

vejamos. Quem costuma frequentar os restaurantes mais caros terá notado que apareceram coisas novas e interessantes. No Le Saint Honoré no Rio de Janeiro, o prato mais pedido atualmente é a salada de endívia com lagostim. Endívia é uma verdura da família da chicória, com sabor amargo e textura crocante. Vinha do Chile e da Holanda. Seu cultivo é muito complicado, mas hoje já é produzida no Brasil.

Silvana Bianchi do Restaurante Quadrifoglio, Rio de Janeiro, festeja: "Você pensa em funghi frescos e acha. Pensa em ervas frescas e encontra. Viva os japoneses, sem eles ainda continuaríamos comendo só banana. Atualmente se consegue comprar cogumelos shiitake, shimeji e pleurotus de produtores paulistas, todos frescos". Aqui fiquei na dúvida, não sei se a Silvana se refere aos cogumelos ou aos produtores.

Foie gras, foie gras, até que enfim! VEJA explica que para produzir o foie gras é preciso confinar o pato ou ganso e cortar suas asas para que eles se movimentem pouco. Durante quatro meses, deve-se alimentá-lo em excesso, enfiando uma ração especial direto na boca do bicho. O fígado vai, dessa forma, ampliando-se. Um bom fígado pesa 600 gramas. Michel Thenard, do Le Bistango, quando queria um foie gras, precisava esperar que algum amigo o trouxesse na bagagem, clandestinamente, suponho. Que riscos não se corre por uma boa causa! O quilo do foie gras importado era vendido há dois anos por 180 dólares. Hoje, custa 120 e o equivalente nacional sai por 80 dólares.

Desabafos saem das gargantas dos chefs: "o foie gras feito no Brasil hoje é tão bom quanto o francês", "não é tão difícil quanto parece, mas é possível criar um excelente escargot no país".

Laurent Suaudeau, proprietário do Laurent, francês, engajado na luta contra a fome, há anos radicado no Brasil, batalhador incansável e um visionário, acha que a luta está valendo a pena e tem esperanças para o futuro: "No Brasil já fazemos um bom foie gras. Agora falta pensarmos em melhorar produtos mais simples, como o alface".

A busca da imagem perfeita

Candidatos tentam falar para o subconsciente, articulando sua imagem com o desejo do eleitor

Gastão Cassel
Do Linha Viva

Quando ocupam o palanque eletrônico do Horário gratuito do TRE na TV, os candidatos procuram - muito mais do que mostrar suas propostas - fixar uma imagem, ocupar um espaço no imaginário dos telespectadores. O jogo é o seguinte: entender o que o "consumidor" gostaria de ver, revirar seus desejos inconscientes e, então, definir a imagem a ser difundida. É um jogo de sedução onde vale quase tudo.

Neste ano, as restrições legais que limitam a propaganda eleitoral a cenas de estúdio e proíbem a maioria das trucagens tornaram os programas menos interessantes, mas os esforços de cooptação de eleitores seguem no mesmo ritmo.

Vejamos, então, que imagem alguns candidatos estão tentando "vender" aos eleitores. Alertamos, no entanto, que esta análise é limitada, até porque uma análise feita com o rigor da semiótica e da psicologia seria demasiado extensa.

"Confiabilidade e competência"

Esperidião Amim tenta se livrar de uma posição incômoda nas pesquisas (entre 2 e 4%) com uma imagem de pessoa firme e experiente. Ele próprio é o grande recurso do programa de TV, com uma fala mansa, afirma suas obras nem sempre bem explicadas, baseando-se sempre em um suposto paraíso que seria Santa Catarina. Ele não se furta em dar espetadas nos adversários, especialmente em Lula. Sobre este candidato ele contrapõe a sua escolaridade e seu grau de professor, para formar um binômio saber/poder. Na essência, busca imagem de um homem firme e realizador e para isso não tem

poupado empáfia e um ar premeditado de prepotência. Faz parte de seu estilo "sou mais eu".

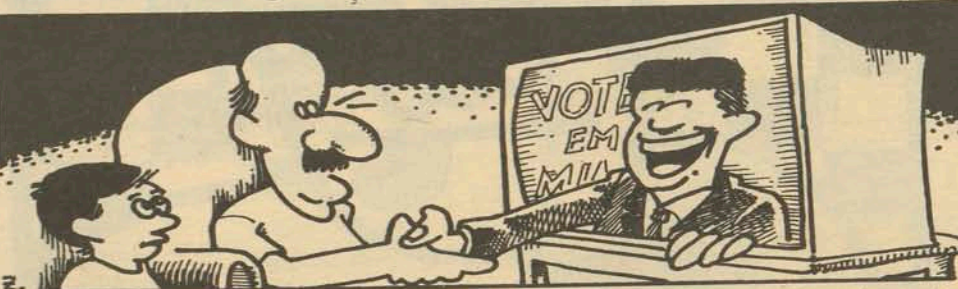
"Meu nome é técnica"

Enéas Carneiro está articulando sua participação na TV ao estilo da eleição anterior, onde mal poderia dizer o seu nome. Hoje, com um pouco mais de tempo, revela algumas de suas idéias centralizadoras de poder e tecnicistas. A sua idéia é atingir o público descrente com a política com uma imagem de técnico, tentando angariar simpatias para alguém capaz de recitar por um programa inteiro seu currículo acadêmico. Faz uma crítica fácil e arrogante à política, como se governar não fosse necessariamente uma atitude política. Embora tenha melhorado o desempenho nas pesquisas, o fato de tentar repetir o estilo anterior certamente não vai agradar por muito

partido, embora este em boa parte já o tenha abandonado, pois isso faz parte de imagem de coerência que tenta fixar. Sua proposta de descentralização do governo é sistematicamente repetida, tanto quanto as fotos da hidrovia que fez em São Paulo. Tem recorrido às imagens da família, para ser, aos olhos dos espectadores, um homem comum que se diferencia apenas por um talento especial de governar. Não tem se referido às acusações de enriquecimento ilícito nem aos processos que tramitam contra ele. Seu estilo pode ser definido como "eu faço".

"Coerência"

Brizola quer aparecer como o único coerente, mas as vezes confunde ser coerente com ser repetitivo. Criança/Cieps e perdas internacionais, seguem sendo as expressões preferidas. Brizola joga na imagem de caudilho e,



sempre de camisa azul clara, é o mais arrojado em atacar os adversários, especialmente FHC. Usa e abusa de um discurso eloquente, "rotundo", para utilizar expressões dele mesmo. Seu estilo certamente é o "eu sou o Brizola".

"Realização e simpatia"

Orestes Quércia não poupa sorrisos nem fotografias de obras no seu espaço de TV. Tenta atingir os eleitores com a imagem de realizador competente e experimentado. Tem evitado sistematicamente sequer referir outros candidatos. Diz-se orgulhoso de seu

tempo, posto de a repetição é sempre maçante ainda mais com seu jeito sórdido. Ele vale-se do fato de ser uma figura exótica, mas para muitos é mesmo repugnante e pretencioso. Une-se a Esperidião no estilo "sou mais eu".

"Sinceridade e governabilidade"

Lula tem jogado tudo para se mostrar como um candidato capacitado, munido de programa e preparado para governar. Imaginando que esta imagem lhe faltou para vencer em 89, formatou seu programa em dois blocos: um onde apresenta propostas e explica a



viabilização (esquema quanto custa e de onde sai o dinheiro) e um outro onde usa de recursos de TV e locução para lançar farpas contra o seu principal adversário. O espaço de Lula sofre com a exiguidade do tempo, pois não consegue trabalhar com jingles e as imagens da militância. Foi um dos candidatos mais prejudicados com a nova lei da propaganda, pois tradicionalmente seu partido utilizava bem as imagens de rua e de sua principal força: a militância. O discurso da viabilidade (caracteristicamente destinado à classe média) se mescla com discursos diretos aos "descamisados" que não votaram nele em 89. O estilo de Lula é "estou preparado para governar".

"A minha moeda"

Fernando Henrique Cardoso tem um dos programas mais bem produzidos, e para isso conta com a assinatura do publicitário Nisan Guanaes (Agência DM9, a mesma da Antártica). Tenta falar para todas as camadas, mesclando a afirmação de seu currículo acadêmico com atividades de Ministro da Fazenda e seu passado de exilado, que contraditoriamente manda esquecer. Seu carro-chefe é o Real, cuja esfinge chega a ser o próprio cenário. Sua imagem é a de redentor, homem-de-bem, justo e coerente. Para isso o discurso sobre o "sucesso na luta contra a inflação" se sobrepõe às propostas de governo que não vão muito além de assegurar a continuidade do real. Não se refere às acusações de eleitoreio nem de ter alianças fisiológicas na sua chapa. Seu programa tem forte apelo emocional, com melodias mansas e penetrantes e muitas vinhetas de exaltação ao real. Seu estilo: "estive na Sorbone e fiz o Real".

Informação jornalística pode ter muitos nomes

Francisco José Karan*

Aconteceu o que "tava na cara". Na hora H, os empresários da comunicação e editores escolheram, na sua maior parte, o caminho de sempre, mesmo que a forma de demonstrar isso seja sutil e que, em muitos momentos, a mídia trabalhe com dados contraditórios ou revelações parciais, que a legitimem. Afinal, a realidade está logo ali.

Pesquisas longínquas, ainda que não verificadas alardearam Lula presidente. Pesquisas recentes, passíveis de aferição, dão conta da queda do candidato do PT para ascender Fernando Henrique Cardoso, meticulosamente explicadas em gráficos detalhados. Não é à toa que o PFL, principal articulador da candidatura tucana, tenha, em décadas, aberto mão da Presidência da República, mas nunca do setor estratégico para a formulação de políticas para o controle e cooptação da opinião pública, o Ministério das Comunicações.

Os últimos episódios eleitorais, negativos à candidatura Lula, podem ser reais, mas sua produção não é isenta. Maximizam-se ou minimizam-se declarações ou acontecimentos, buscam-se opiniões e acontecimentos jornalísticos em cima da produção de fatos convenientes. Assim, nada melhor do que pesquisas logo após o episódio

Bisol ou à edição da revista Isto É, "O PT usa o dolo de Collor" (10/08/94). O projeto de destruição da candidatura Lula ancora-se no Plano Real e em sua sustentação pela mídia, que não poupará esforços - pelo menos até as eleições - para ajudar a controlar preços e opiniões sobre eles e sobre o plano. Ancora-se, ainda, na produção sucessiva de fatos, opiniões e pesquisas sobrepostos a eventos com repercussão negativa para o candidato do PT. A "denúncia" sobre o cheque de sete mil dólares depositado em nome de Najum Turner na conta pública do Comitê Eleitoral Unificado do PT é apenas um novo exemplo, que repete-se a cada minuto, nos momentos decisivos, quando interesses empresariais posam de interesse público e quando informação jornalística confunde-se com marketing eleitoral.

Qualquer indivíduo "bem mandado" pode depositar dinheiro na conta de quem quer que seja, na do PT, na de FHC ou na de Madre Teresa de Calcutá, sabidamente uma santa. Nem mesmo Najum Turner - que todos sabem ter se beneficiado financeiramente do governo Collor e de tê-lo beneficiado soube explicar em detalhes como o valor foi depositado. Mesmo assim, o fato foi intensificado.

Transformou-se em matéria de capa, e mais gente vê a capa do que lê a matéria. O depósito foi feito, estranhamente, logo após o impeachment de Collor. Ora, um aliado de Collor depositar qualquer quantia na conta

do PT logo após o Partido dos Trabalhadores tê-lo denunciado pela Operação Uruguai merece, ao menos, a desconfiança jornalística que o interesse particular da revista não deixou transparecer. O nome do interesse pode atender por FHC ou por Quércia, por Antônio Carlos Magalhães ou por fato jornalístico.

A desistência de candidaturas presidenciais também é outro exemplo ou sintoma: é mais fácil aderir a FHC logo e tentar liquidar a fatura no primeiro turno. Mas é também combustível para a mídia sugerir pautas em cima de fatos produzidos, como as desistências de candidatos irrelevantes. Primeiro foi Flávio Rocha, do PL, depois Walter Queiroz, do PRN. Não quer dizer muito o percentual destes ex-candidatos. O mais significativo é a adesão, que tornada fato jornalístico, gera mais do que um por cento a FHC. Informação jornalística pode ter muitos nomes: produção de fatos é outro nome da isenção ou da verdade.

Francisco José Karan é jornalista e professor do Curso de Jornalismo da UFSC. É mestre em Jornalismo pela ECA/USP, onde defendeu trabalho sobre ética. É membro da Comissão Nacional de Ética da Fed. Nac. dos Jornalistas. Ele escreverá para Linha Viva e Folha Sindical, durante o processo eleitoral, todas as semanas.